

fonte: FSP

class.: 370

data: 26/6/95

pg.: 1. 7

1. 3

Jobim anuncia decreto que vai regulamentar terra indígena

OLIMPIO CRUZ NETO

Enviado especial a Carlos Barbosa (RS)

O ministro da Justiça, Nelson Jobim, anuncia nesta semana alterações no texto do decreto 22, que regulamenta o processo administrativo de demarcação das terras indígenas.

Jobim rebateu as críticas feitas na semana passada por representantes do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), que reclamaram da mudança no processo de demarcação. "Estão dizendo que vêm ocorrendo novas invasões e conflitos em áreas indígenas, mas não me informaram quem está provocando isso", afirmou.

O secretário nacional do Cimi, Guenter Loebens, havia dito à Folha que, desde o anúncio da possível mudança do decreto 22, o número de conflitos entre brancos e índios vem aumentando.

"As demarcações são prioridade do governo, mas é preciso que elas sejam feitas de acordo com o texto constitucional", afirmou Jobim. Nos próximos dias, o ministério deve concluir levantamento das áreas indígenas que deverão ser demarcadas até o fim do governo FHC e das que estão com problemas na Justiça.

De acordo com o ministro, da maneira como é feita a demarcação, não está assegurado direito de defesa àqueles que se sentem prejudicados com a delimitação das áreas reivindicadas pelos índios.

"Com a mudança, as contestações ocorrerão ainda na fase administrativa, cabendo a decisão final ao ministro da Justiça", disse.

Jobim afirmou ainda que vai encaminhar a FHC proposta de decreto obrigando o governo a seguir as decisões já proferidas pela Justiça em processos de causas tributárias e previdenciárias.

"Essa vai ser a contribuição do governo para desobstruir a Justiça", disse Jobim, após a inauguração do último juizado de pequenas causas do Rio Grande do Sul, instalado, anteontem, no município de Carlos Barbosa, a 110 quilômetros de Porto Alegre.

Segundo o ministro, a Procuradoria da Fazenda Nacional está levantando no STF (Supremo Tribunal Federal) e no STJ (Superior Tribunal de Justiça) o número de processos que já poderiam ter sido resolvidos seguindo decisões anteriores da Justiça.

Lição indígena

"Em uma reunião realizada por diversas tribos indígenas para se discutir sobre os atos do homem branco, um dos caciques, sentado em uma roda, definiu de forma calma e serena a conduta do chefe branco, que não queria respeitar a lei que demarcava suas terras: 'A nossa lei é o respeito aos nossos costumes, nossas tradições e ao nosso povo. Se o índio disser alguma coisa, vocês não precisam escrever, porque isso será para toda a vida dele e de seus descendentes, mas, se o branco escrever algo importante, ele mesmo brigará com todos para que esqueçam o que ele escreveu'. Essa lição indígena foi dada por um cacique da tribo Cocama do Alto Solimões (AM) e que está praticamente extinta devido ao crédito que deram ao homem branco. Isso nos faz raciocinar sobre a natureza humana, como escreveu Otavio Frias Filho em seu artigo 'Antropologia' (22/6). Os povos ditos primitivos viveram num paraíso de harmonia e felicidade, sim, mas tudo isso acabou quando os chamados civilizados invadiram esse paraíso, há centenas de anos, para nunca mais deixá-lo. Antropologia é a ciência natural que se ocupa do homem e tem como objetivo o estudo e a classificação dos caracteres físicos dos grupos humanos. A partir disso poderemos entender melhor a natureza humana, mesmo daqueles que escrevem e dizem para todos, 'esqueçam o que eu escrevi'."

Isaias Ribeiro, diretor-secretário da Associação dos Escritores do Amazonas (Manaus, AM)

★

"O governo FHC está para assinar um novo decreto que estabelece os procedimentos para demarcação das terras indígenas, revogando o decreto 22/91. A julgar pelos recentes depoimentos do ministro da Justiça, Nelson Jobim, às comissões da Câmara, a proposta do governo representará um grande retrocesso aos direitos indígenas. As novas regras para a demarcação de áreas indígenas, prevendo o contraditório, teriam efeito retroativo, desconstituindo o procedimento até aqui realizado em 368 áreas, incluindo-se aí as já demarcadas e identificadas."

Ivan Valente, deputado federal pelo PT-SP (Brasília, DF)